

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

01 de junho de 2021



Crescem as mobilizações contra o governo, no dia 29 de maio centenas de cidades foram às ruas exigindo vacina, comida, democracia e a saída de Bolsonaro e Mourão. Organizações feministas se juntaram aos atos. A Articulação de Mulheres Brasileira lançou a chamada “Fora Bolsonaro Mourão e todo seu governo! Ocuparemos as ruas e as redes para dizer basta de genocídio, basta de feminicídios”. Em diversas cidades, as deputadas e movimentos que integram a Frente Parlamentar Feminista Antirracista fizeram discursos contra o Governo. A base bolsonarista reclamou nas redes, reivindicando as ruas para si. A grande mídia, em geral, ignorou o tamanho e a importância dos atos.

Organizações que compõe a Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto lançaram a Nota: Que governo é esse que diz defender a maternidade, mas ataca direitos e ameaça a vida?, manifestando repúdio às várias medidas do governo brasileiro e seus poderes. De forma cada vez mais intensa e direcionadas, eles atentam contra direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e pessoas que gestam. E também contra a vida, principalmente de mulheres negras, indígenas e pobres.

No Senado, a CPI segue demonstrando de forma acachapante a responsabilidade do governo no descontrole da pandemia e na quantidade insuficientes de vacinas. Enquanto isso, na Câmara, 114 pedidos de impeachment aguardam decisão do presidente da Casa e a base governista segue na tentativa de “passar a boiada”. Avançam as propostas de privatização de empresas nacionais, a reforma administrativa – que retira a estabilidade dos funcionários públicos –, a retirada de direito das populações indígenas, as investidas contra a legislação ambiental, só para citar alguns exemplos.

EM PAUTA NA SEMANA

DE 31 DE MAIO A 04 DE JUNHO

Temos mais de um ano de Pandemia e o Congresso ainda não aprovou o projeto que prevê apoio a agricultores e agricultoras familiares do Brasil. O Projeto de Lei 823/2021 permanece na pauta, mas não sabemos se será votado. No mais, parece ser uma semana sem outros projetos de nosso interesse e sem perspectiva de grandes polêmicas.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Chris Tonietto sugere que unidades de saúde divulguem a possibilidade de grávidas doarem legalmente seus filhos

O PL 1938/2021, de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), dispõe sobre a afixação de placas informativas, nas unidades públicas e privadas de saúde situadas no território nacional, versando sobre a Entrega Legal, instituída pela Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017.

Mais uma proposta para tentar superar a pobreza menstrual

Tabata Amaral (PDT/SP) e Marcelo Ramos (PL/AM) propuseram uma alteração na lei que estabelece as diretrizes e bases da educação para incluir a aquisição de materiais necessários à limpeza e segurança sanitária dos ambientes escolares e à higiene pessoal dos alunos. O PL 1999/2021 cita inclusive papel higiênico, álcool líquido ou em gel, sabão e absorvente.

Prioridade para casais homoafetivos no Programa Casa Verde e Amarela - o PL 1947/2021, de autoria do deputado Rafafá (PSDB/PB), quer incluir famílias formadas por casais homoafetivos no grupo a ser priorizado na seleção e hierarquização dos beneficiários do Programa Casa Verde e Amarela.

O PL 1960/2021, de autoria da deputada Luizianne Lins (PT/CE), pretende alterar o Código Penal para qualificar o crime de injúria quando este for motivado em razão da condição de gênero feminino.

Dinheiro público para as igrejas

O [PL 1957/2021](#), de autoria do deputado Marcelo Brum (PSL/RS), dispõe sobre a criação de linhas de crédito para pequenas igrejas pelas instituições financeiras públicas federais. Como se elas não se beneficiem de políticas de isenção de impostos e outros apoios.

Parentalidade

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP) apresentou o [PL 1974/2021](#), que dispõe sobre o instituto da Parentalidade em todo Território Nacional. A proposta altera várias leis relacionadas ao mundo do trabalho com a finalidade de garantir que todas as pessoas que possuam vínculo sócio-afetivo, maternal, paternal, de adoção ou qualquer outro que resulte em responsabilidade desse tipo tenham plenas condições de exercer seu papel de cuidador.

Proposta sugere isonomia nas premiações de competições esportivas

O [PL 1416/2019](#), de autoria do deputado Pedro Lucas Fernandes (PTB/MA), altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para garantir isonomia entre homens e mulheres com relação às premiações nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos.

Políticas para fortalecimento de vínculos familiares

[PL 1926/2021](#), de autoria do deputado Enrico Misasi (PV/SP), dispõe sobre políticas públicas para fortalecimento de vínculos familiares e garantia de convivência familiar e comunitária. O projeto parece alinhado com a política do Ministério da Família e dos Direitos Humanos.

Destinação proporcional de recursos do Fundo Eleitoral e mínimo de 15% das cadeias para as mulheres

Mais um projeto sobre cotas. O [PL 1951/2021](#), de autoria do senador Angelo Coronel (PSD/BA), quer alterar a Lei Eleitoral na parte sobre o percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo. O art. 16-E incluiria a destinação proporcional aos gastos de campanha com recursos do Fundo Eleitoral, e o art. 16-F, a obrigação do preenchimento mínimo de 15% das cadeiras às mulheres nas eleições proporcionais. Proposta muito aquém da reivindicação do movimento. O que a gente quer mesmo é paridade, respeitando a proporcionalidade na população.

Senado: Bancada Feminina representada nas Comissões Permanentes e Temporárias

O [PRS 36/2021](#), de autoria da senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) propôs a alteração no Regimento Interno do Senado Federal para assegurar a participação de pelo menos dois membros da Bancada Feminina nas Comissões Permanentes e Temporárias. Na CPI da Pandemia, o assunto foi motivo de discussão, já que não havia previsão de representação de nenhuma senadora na composição inicial.

VALE A PENA CONFERIR!



Portal Catarinas

95% da equipe médica nega atendimento no único serviço de aborto legal no Pará



SOS Corpo

Nos dias 10 e 11 de junho, às 19h horas acontecem as transmissões ao vivo da primeira parte do Seminário de 40 anos do SOS Corpo.



Rádio Zap da AMB

Com diálogos sobre cuidado entre ativistas, autocuidado e solidariedade na AMB.



Análise de Fábio Malini sobre as redes sociais no 29M

O #29M e o acerto de contas que começou



UOL Notícias

Homeschooling prova que Bolsonaro tem projeto para a educação



Radarelaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.